

Lisboa: memória e resistência

Maria Alice Samara

A cidade em dois mil e vinte

De que matéria é feita a resistência? De que matéria é feita a luta política? De que matéria é feito o protesto? São estas as questões que formam a reflexão sobre a memória e a resistência, neste contexto singular, que muitos de estamos experimentando, de quarentena e de confinamento.

O ano de 2020, de março até agora, é atravessado pela pandemia global. De casa, olhando pela janela, a cidade parecia parada, imóvel. Existiu, sem dúvida, durante os tempos de estado de emergência, uma significativa alteração das correntes de corpos que se deslocavam, do movimento rodoviário, ferroviário, do tráfego aéreo, a diminuição das rotinas quotidianas de deslocamentos pendulares ou no interior das cidades, com a grande maioria das suas zonas comerciais e lojas encerradas. A paisagem sonora, o que se escutava nesses dias, era inusitadamente diferente, porque pautada por uma diminuição substancial do som. Silêncio. Pode este ser produtivo?

Isso pode significar uma mãe amorosa, que decidiu fazer o filho calar a boca pelo menos por um instante. Não é porque não goste dele, mas quer ensinar alguma coisa para ele. Filho, silêncio. A Terra está falando isso para a humanidade. E ela é tão maravilhosa que não é ordem imperativa. Ela simplesmente

está dizendo para a gente: silêncio. Esse é também o significado do recolhimento. (KRENAK, 2020)

Se as cidades se constituem também de fluxos materiais e imateriais, o contexto do ano de 2020 diminuiu drasticamente os fluxos visíveis. No entanto, sabemos-lo, muitos trabalhadores continuaram a percorrer os mesmos territórios, agora vistos como perigosos. A sua atividade foi considerada essencial, não se podendo prescindir da presença – e dos corpos – no local de trabalho. Não está a ser igual para todos. Seguramente, não estamos todos, como se referiu amiúde, no mesmo barco.

Mas, claro, do lado de dentro das janelas, de onde se observava a ausência, o fluxo de trabalho não parou, antes continuou (continua) noutros moldes, em regime de teletrabalho, em acumulação com as tarefas domésticas e, nas famílias com filhos, com o seu acompanhamento entre o tempo de descanso e o tempo de aulas e de estudo. Os ecrãs tornaram-se ainda mais ubíquos. A casa passou a ser tudo: o lar, a intimidade, o privado e familiar, mas, também, o local de trabalho e a escola.

Os media mostravam-nos cidades vazias, espaços de ausências. E, apresentadas de uma forma entre o divertido e o surpreendido, circulavam também imagens de animais que ocupavam o território do humano. Convém, contudo, relembrar, como muitos o fizeram, que a pandemia não deixou de estar associada à exploração e à erosão das fronteiras com os espaços sem significativa presença humana.

Fechadas em casa. Fechadas as fronteiras: de acordo com Bruno Latour, “(...) o arcaísmo do repentino retorno às fronteiras europeias (...)” (LATOIR, 2020). Ao confinamento soma-se o medo. Fechadas dentro das nossas mentes.

De entre vários aspectos, esta conjuntura de pandemia global e as consequentes medidas de confinamento e quarentena também nos pode fazer pensar sobre a questão dos territórios interditos ou que são interditados, e ainda na forma como a presença/ausência de corpos se interliga com a luta (inclusive pela memória) e o protesto.

Corpos: ausência/presença

No caso de Portugal, a 18 de março de 2020, a Assembleia da República aprovou a Resolução 15-A/2020, ou seja, a autorização de declaração do estado de emergência, cujo fundamento assentou na verificação de uma situação de calamidade pública. O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, foi assim autorizado a declarar o estado de emergência em Portugal (com a duração de 15 dias) – que lhe compete depois autorizado pela Assembleia da República e de se ter realizado a audição do Governo. A 2 de abril, a Assembleia da República autorizou o Presidente da República a renovar o estado de emergência. O mesmo se verificou a 16 de Abril, sendo o estado de emergência renovado até 2 de maio. Depois desta data, o estado de emergência foi substituído pelo estado de calamidade, sendo gizado um plano de desconfinamento. Até o momento, este não foi linear, tendo alguns recuos, com novas imposições de restrições, em determinadas zonas do território nacional.

O decreto do Presidente da República (*Diário da República*, 2020) suspendeu parcialmente o exercício dos seguintes direitos: direito de fixação e deslocação em qualquer parte do território nacional; propriedade e iniciativa privada; direitos dos trabalhadores; circulação internacional; direito de reunião e de manifestação; liberdade de culto, em sua dimensão colectiva; direito de resistência. A execução deste foi regulamentada pelo Decreto 2-A/2020. O recolhimento domiciliário, apenas com algumas exceções, regulamentava a permanência dos corpos no espaço privado.

Impõe-se uma reflexão sobre as limitações impostas nesta conjuntura: em nome da saúde pública estão a ser cortados os direitos políticos e sociais? O historiador Manuel Loff, em artigo no jornal *Público*, intitulado *Emergência e Democracia*, chama a atenção para o que foi aprovado, referindo-se ao decreto do Presidente da República:

(...) uma norma onde, entretanto, se aproveitou (quem?) para incluir duas normas gravíssimas: a suspensão do direito à greve (único Estado, na Europa, pelo menos, que a impôs) e a especificação, em parágrafo próprio (alínea g do

art. 5º), que “fica impedido todo e qualquer ato de resistência ativa ou passiva às ordens emanadas pelas autoridades” - como se a lei não previsse já a possibilidade de o Estado processar qualquer cidadão por isto mesmo. Num país em que se multiplicam as denúncias de violência policial, demo-nos bem conta do que isto significa? (LOFFa, 2020)

Segundo o decreto, o direito de reunião e manifestação podia ser restrito, limitado ou proibido, de acordo com a posição da Autoridade de Saúde Nacional. O espaço público transforma-se em território interdito.

No quadro da pandemia e do estado de emergência, gostaria de discutir dois eventos que se constituem como fundamentais na articulação entre o passado e as lutas do presente – mas também, claro, com os projetos de futuro – e equacionando as questões da memória e da resistência. Refiro-me às comemorações do 25 de Abril e ao 1.º de Maio.

Comemora-se a 25 de Abril, o golpe, depois transformado em revolução, que, em 1974, pôs fim a 48 anos de ditadura. Depois da ditadura militar, que derrubou a I República (1910-1926), com a ascensão de Salazar, assistimos, em 1933, à institucionalização do Estado Novo (1933-1974). Embora pesem as controvérsias historiográficas acerca da natureza do regime, Fernando Rosas defendeu a ideia de uma época dos fascismos. Em relação ao caso português, defende que:

O Estado Novo é um exemplo significativo deste processo de unificação das várias direitas antiliberais sob a tutela simultaneamente arbitral e dirigente do salazarismo e das direitas conservadoras, crescentemente radicalizadas ideologicamente, num sentido fascizante, ao longo dos anos 20. (ROSAS, 2019, p. 140)

Assim, o 25 de Abril de 1974 é o dia do fim de um regime repressor, ditatorial, que arrastara o país para uma guerra colonial em três frentes. Mas também foi o início de um processo revolucionário de grande dinamismo, nomeadamente entre 1974 e 1976. Desde o primeiro aniversário da revolução, que coincidiu com as primeiras eleições livres com sufrágio universal, podemos surpreender festejos populares, manifestações e várias formas de regozijo em diversas localidades portuguesas. Existe, assim,

uma história na forma como Abril foi sendo celebrado. No entanto, para o que aqui nos interessa, a partir dos anos 80 do século XX, podemos falar da manifestação ou do desfile que tem como ponto de encontro a rotunda do Marquês de Pombal, “desce” a Avenida da Liberdade, em Lisboa, para ir desembocar no Rossio. Ou seja, percorre uma das artérias históricas da cidade de Lisboa, que se constitui atualmente como uma zona comercial, acessível apenas às classes mais abastadas. É aqui também que se encontra o Centro de Trabalho Vitória (antigo hotel Vitória, desenhado pelo arquiteto Cassiano Branco e inaugurado no final dos anos 30 do século XX), sede da Juventude Comunista Portuguesa (JCP). Em abril, os corpos tomam este espaço, politizam-no, resgatando a importância da memória da luta e da resistência contra o Estado Novo e, ao mesmo tempo, as diferentes vozes fazem soar suas reivindicações para o futuro (SAMARA, 2020).

Se pensarmos nas comemorações do 25 de Abril, feriado nacional, teremos de reconhecer que a presença dos corpos e das vozes é uma característica essencial desta forma de manter vivos os significados políticos e a memória. Sair neste dia para a rua evoca esta ruptura política, a forma como a população participou no que começou por ser um golpe militar e o início do denominado Portugal de Abril – o Portugal democrático. Durante a ditadura, o espaço público foi interdito de forma política e ideologicamente seletiva, porque se aplicava apenas aos corpos oposicionistas e resistentes. Assim, e apesar das recomendações feitas pelos militares que estavam à frente do golpe, para que a população ficasse em casa no dia 25 de Abril, muitos foram os que saíram, repolitizando a rua. Esta presença pode mesmo ser entendida como uma forma de reivindicação, nomeadamente, e para referir o único sítio onde morreram pessoas durante a revolução, na rua da sede da polícia política (OLIVEIRA e SANTOS, 2016).

Mas, neste ano de 2020, o fluxo e a reunião de corpos foram interrompidos. O tradicional desfile na Avenida da Liberdade, em Lisboa (tal como, aliás, aconteceu no Porto), foi cancelado pela voz de Vasco Lourenço,

presidente da Direção da Associação 25 de Abril. A conjuntura da pandemia deixou a avenida da Liberdade vazia. Ou quase. Publicada em vários meios de comunicação e circulando nas redes sociais, tem-se a imagem (fotografia Lusa/José Sena Goulão) de um homem (Adriano Domingues) carregando uma enorme bandeira nacional e cravos vermelhos – símbolos da revolução. De alguma forma, esta vontade e esta presença tentou resgatar as ausências de todos os outros. Ainda que simbolicamente importante, é ainda a ausência que marca as imagens, que distinguirá o ano de 2020 na história das celebrações do dia da revolução em Portugal.

O parlamento não deixou de celebrar o 25 de Abril, mas a decisão não foi unânime, registrando-se propostas de modelos alternativos, ou mesmo a oposição frontal, nomeadamente do partido Chega (extrema direita do espectro político parlamentar). Fora do espaço parlamentar corriam petições a favor – defendendo a ideia de que a democracia não podia ser suspensa – e contra – considerando que se os portugueses estavam confinados, não fazia sentido juntar pessoas para uma comemoração – à realização da cerimónia.

A sessão solene comemorativa do 46.º aniversário do 25 de Abril, na Assembleia da República, realizou-se, mas com diferenças em relação a anos anteriores. Assim:

Ponderados todos os interesses em presença, foi decidido que a Assembleia da República, garantindo a plena representação de todas as forças políticas com assento parlamentar, reunirá em Sessão Solene com a presença de apenas 1/3 das suas Deputadas e dos seus Deputados. O leque de convidados será limitado, em face da situação excecional que o País atravessa, permitindo respeitar as distâncias de segurança recomendadas pelas autoridades de saúde. (Parlamento, 2020)

Apesar da limitação do número de pessoas presentes, de acordo com as indicações técnico-científicas, esta comemoração não deixou de ser criticada por parte da opinião pública. Alguns dos argumentos esgrimidos referiam os sacrifícios da população ou ainda a impossibilidade de reunião

das famílias na Páscoa. Mas, tal como aludido por diferentes vozes, as críticas em relação à comemoração do 25 de Abril não significam uma forma de oposição ao seu significado político?

Assim, limitado na versão oficial, sem as manifestações populares, festas e concertos (normalmente, na véspera), procurou-se marcar o dia com ações capazes de resgatar a ausência dos corpos na rua. A proposta da Associação 25 de Abril foi, às 15 horas, cantar a *Grândola, Vila Morena* (de Zeca Afonso), uma das senhas do início do movimento, que passou na rádio em Abril de 1974. Para muitos, parecia importante ter cravos neste dia. E quem esteve na janela ou na varanda a cantar, ou com um sistema de som a lançar a célebre música para a cidade, tentou congrega-se, através do som e das ligações invisíveis a todos os outros corpos e vozes. De acordo com a letra da canção, na primeira estrofe: “Grândola, vila morena / terra da fraternidade / O povo é quem mais ordena / Dentro de ti, ó cidade.”

A janela fez-se praça. Dependeu dos locais, é certo, mas podiam ser vozes quase solitárias ou bairros que se faziam ouvir. Todas juntas, estas vozes eram um coro. No entanto, a transmutação de uma parte da casa em local político não substituiu a rua, enquanto lugar onde nos expressamos politicamente.

Em relação ao dia do trabalhador, sua importância não se resume, claro está, ao caso português, sendo uma data que é evocada a nível mundial. Também, na atual conjuntura, se podem comparar as experiências nos diferentes países entre os eventos organizados na rua com o denominado distanciamento social – o caso da Grécia, na Praça Sintagma, por exemplo –, ou protestos simbólicos ou *online*.

A central dos sindicatos, afeta ao Partido Comunista Português (PCP), não deixou de comemorar a data. De entre suas atividades, cumpre referir a que ocupou o espaço público. A União Geral dos Trabalhadores (UGT) decidiu, ponderada a conjuntura, utilizar apenas a comemoração através das redes sociais.

O 1.º de Maio da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical (CGTP-IN), em Lisboa, tem uma geografia própria: os corpos convergem para a Alameda Afonso Henriques, cujo nome remete para o primeiro rei de Portugal. Em 1974, no primeiro 1.º de Maio em liberdade, depois da longa ditadura, a Alameda foi o local escolhido para a concentração da manifestação que se dirigia para um estádio, entretanto renomeado e homenageando precisamente esta data. De acordo com Amorim e André (2019, p. 18), depois de 1979, face à recusa de utilização do estádio 1.º de Maio, o dia do trabalhador passou a realizar-se entre o Martim Moniz e a Alameda. É este hoje o percurso feito pela manifestação que converge para este espaço onde se encontram várias barracas de comes e bebes e de organizações da esfera política comunista. Depois dos discursos que fecham a manifestação, ouve-se o Hino da CGTP-IN, a Internacional e o Hino Nacional. No entanto, pela relva e em torno das barracas, o convívio mantém-se. É um momento político, mas também de sociabilidades e de lazer. Podemos dizer que há um encontro entre a política e a convivialidade, entre as reivindicações e os encontros pessoais, entre a luta e alegria.

Em 2020, a um dia do final do estado de emergência e no quinquagésimo aniversário desta central, a CGTP-IN, em sua resolução acerca do 1.º de Maio, explicou que:

Neste dia 1.º de Maio de 2020, estamos na rua, garantindo a protecção e o distanciamento sanitário como afirmámos desde o primeiro momento, pois preocupamo-nos com a saúde dos trabalhadores e de toda a população e defendemo-la como um direito.

Aqueles que estão hoje na rua representam todos os trabalhadores! (GCTP-IN, 2020 a)

O cartaz do 1.º de maio da CGTP exortava em caixa alta: “Lutar!”. Imediatamente a seguir: “Defender a saúde e os direitos dos trabalhadores.” Reconhece-se, ainda no mesmo documento, fazendo eco de um vocabulário que nos remete para a guerra e para as questões militares, que são “(...) os trabalhadores que estão na linha da frente deste combate (...)”.

A CGTP organizou eventos em 24 localidades celebrando o dia do trabalhador, mas, centrar-nos-emos no de Lisboa. A estas ações somava-se a programação *online*. De entre as iniciativas contava-se uma primeira ligação à Alameda e a intervenção da secretária-geral (em *streaming* no *facebook*).

O espaço da Alameda é amplo e, como vimos, corresponde a uma geografia da luta e do protesto conquistada à cidade depois da revolução do 25 de Abril de 1974. Este é um território que interliga memória, luta e futuro.

A CGTP organizou a Alameda com fitas no relvado a marcar o espaço para poder cumprir as distâncias de segurança fixadas. Homens e mulheres, com máscara, aí estavam dezenas de corpos. Separados, mas presentes. Cada um empunhando a bandeira do seu sindicato respectivo (federados na CGTP) ou a da CGTP ou ainda um cartaz. Perguntamos: Quantos corpos representam aqueles corpos? De acordo com a resolução da CGTP acima referida, uns representam os outros, estes corpos trazendo em si todos os outros. Além da rua, da presença no espaço politizado pelos corpos, as imagens são difundidas pelos canais da CGTP: na sua página de facebook encontramos vídeos de Lisboa, do Porto e outras localidades, multiplicando o impacto da sua presença.

Ora a questão – que deu origem a um enorme manancial de críticas – é precisamente a rua, que se constitui como o lugar onde os protestos e as reivindicações se tornam visíveis. A vontade de sair à rua em tempos de pandemia significa exatamente a importância dos corpos politizados no espaço da cidade, mesmo – ou se calhar, sobretudo – nestes tempos. A central respondeu às acusações e críticas, boa parte delas usando os argumentos associados a questões de saúde pública.

A CGTP-IN repudia veementemente o exercício persecutório aos que ousam lutar usando o espaço público. Tal acção não é compatível com a democracia. Os direitos, nomeadamente os direitos colectivos dos trabalhadores, não estão suspensos e nas iniciativas realizadas foram garantidas todas as normas de protecção da saúde e distanciamento sanitário, como aliás foi publicamente constatado por todos. Aliás esta campanha, que também já tinha sido tentada

nas comemorações do 25 de Abril, tem como objectivo tentar impedir a luta e as acções em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores não só no 1.º de Maio mas também no futuro. (CGTP-IN b, 2020)

Recorrendo uma vez mais a Manuel Loff para pensar a questão política:

Por mais cuidados com que a CGTP tenha convocado umas poucas centenas de pessoas para a rua, por mais respeito pelas regras de distanciamento, este segundo surto de indignação *facebookeira* continua a sair dessa estranha (sobretudo perigosa para a democracia) religião do confinamento, ou seja, a tese de que ele não é apenas um instrumento de uso racional, mas uma distopia político-moral, na qual se entende que sai da comunidade quem sair do confinamento para exercer os seus direitos, como se fosse um *terrorista* pelo *terror* social que estes indignados dizem que provoca. (LOFF b, 2020)

A CGTP-IN referiu, nesta comunicação, uma ideia que me parece importante: a associação entre a luta e o espaço público. A cidade de Lisboa tem sua geografia do protesto, da luta, da resistência e da memória. Mas ao espaço podemos associar o tempo: na história do pós revolução de 1974, e atentando ao calendário político, quer a comemoração do 25 de Abril, quer a do 1.º de Maio revestem-se de uma importância significativa. Se atentarmos aos dois exemplos, um de ausência e outro de presença, podemos argumentar da importância que a reunião dos corpos e do seu efeito político.

A memória do que foi a resistência ao regime ditatorial em Portugal reatualiza-se também pela presença dos corpos no dia 25 de Abril. A forma de combate das centrais de sindicatos (e outras forças e agentes políticos) também se faz com a presença que se quer sólida e numerosa nas comemorações do 1.º de maio. A interdição do espaço público enquanto lugar onde os corpos de se podem congregam é agora justificada por razões de saúde pública. O ano de 2020 quebrou práticas consolidadas em democracia, interrompendo um caudal de corpos que se espalhava desde 1974. Recorrendo mais uma vez a Loff: “O sentido de comunidade não está no

medo paralisante. Está na cidadania plena. E se esta se manifesta na rua, é na rua que está a cidadania.” (LOFF b, 2020)

Considerações finais

A forma como expressamos nosso descontentamento, nossas reivindicações, a forma como resistimos e lutamos reveste-se de múltiplas formas. Há, assim, um vasto repertório de ação colectiva. Na atual conjuntura, podemos surpreender as várias formas de protesto. Tomemos o exemplo do Collective Action & Dissent under Covid [Ação Colectiva & Dissidência sob o Covid] onde podemos ter acesso à informação compilada nos últimos tempos sobre os diferentes tipos de ação colectiva. (CHENOWETH, CHOI-FITZPATRICK, PRESSMAN, SANTOS, ULFELDER, 2020). Ainda, segundo este levantamento, as ações podem ser *online*, *offline* ou híbridas.

No entanto, como mostraram as extraordinárias mobilizações do *Black Lives Matter* [Vidas negras importam], o protesto não prescindiu da rua, a força de união dos corpos não é substituída pelo *online*, pelas redes sociais. Também em Portugal se saiu à rua, em junho, em várias cidades do país, lembrando George Floyd mas articulando esta homenagem com as questões do racismo em Portugal. Em Lisboa, a manifestação partiu da Alameda e atravessou uma parte da cidade até ao Terreiro do Paço.

Afinal, desde a primavera árabe (com a praça Tharir), ao *Occupy*, ao *Nuit debout*, que a materialidade dos corpos se associa à resistência, à luta, ao protesto. Provavelmente, mais do que isso. A presença dos corpos nos espaços, acampando, fazendo assembleias, pondo em causa os espaços que deveriam ser públicos mas detidos pelos privados é, em si, uma forma de iniciar uma transformação. Afinal, desde 1789, que há Bastilhas para tomar. Desde 1917, que há palácios de Inverno para tomar. A memória da luta e da resistência numa cidade – enquanto lugar político – também se faz dos acontecimentos que tiveram lugar nas suas ruas, dos corpos que as tomaram.

Referências

- AMORIM, P. & ANDRÉ P. Espaço de representação: o 1º de Maio de 1974 e a resignificação da Alameda. In ANDRÉ, Paula, RODRIGUES, Paulo Simões. ALVES, Margarida Brito. COSTA, Miguel Reimão (Ed.). Antologia de Ensaios - Laboratório Colaborativo: dinâmicas urbanas, património, artes. IV - Seminário de investigação, ensino e difusão. Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL, 2018. pp. 6-23.
- CHENOWETH, E.. CHOI-FITZPATRICK, A.. PRESSMAN, J.. SANTOS, F. G.. ULFELDET, J.. 2020. "Methods of Dissent & Collective Action Under COVID: A Crowdsourced List." Crowd Counting Consortium, crowdcounting.org.
- Decreto do Presidente da República 14-A/2020, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 55, de 18 de março de 2020.
- GCTP-IN a. *Resolução 1.º de Maio* [disponível em: <http://www.cgtp.pt/informacao/comunicacao-sindical/14044-resolucao-1-de-maio> acesso em: agosto de 2020]
- CGTP-IN b. 1.º de Maio da GCTP-IN [disponível em: <http://www.cgtp.pt/informacao/comunicacao-sindical/14050-1-de-maio-da-cgtp-in-2?fbclid=IwAR2n1Z3zC1rMhtAKIYbjfiqmTRg1ptRMe2tdp-zxdNoCB7SflKZdxDb5vHp8> Acesso em: agosto de 2020]
- Krenak, Ailton. “O modo de funcionamento da humanidade entrou em crise”, opina Ailton Krenak. *Estado de Minas*, 3/4/2020 [disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2020/04/03/interna_pensar.1135082/funcionamento-da-humanidade-entrou-em-crise-opina-ailton-krenak.shtml Acesso em: agosto de 2020]
- LATOURE, Bruno. Isto é um ensaio geral [disponível em: <https://n-1edicoes.org/068> acesso em: agosto de 2020]
- LOFF, Manuel a. Emergência e Democracia. *Público*, 26/03/2020.
- LOFF, Manuel b. Cidadania simbólica. *Público*, 7/05/2020.

OLIVEIRA, Luísa Tiago de. & SANTOS, Isabel Gorjão. A ocupação da sede da PIDE/DGS em 1974, *Ler História* [Em linha], 57 | 2009, posto em linha 01 junho 2016, consultado agosto 2020. URL: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/1894>;

DOI: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.1894>

SAMARA, Alice. A política na Pedra. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 2020, volume 60, pp. 293-302 [disponível em: <https://revistataeonline.weebly.com/uacutelimo-volume.html#>]

ROSAS, Fernando. *Salazar e os Fascismos*. Ensaio breve de História Comparada. Lisboa: Tinta-da-china, 2019.

Decreto do Presidente da República 14-A/2020, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 55, de 18 de março de 2020

Parlamento (site oficial). Sessão Solene Comemorativa do 46.º Aniversário do 25 de abril de 1974. [disponível em <https://www.parlamento.pt/Paginas/2020/abril/sessao-comemorativa-25-abril-46-aniversario.aspx?n=8> Acesso em: agosto de 2020]